

Para conhecer o perfil (características e comportamentos) dos turistas que visitam a região do Douro, bem como a sua apetência para passeios em dirigíveis, recorrer-se-á a um dos métodos mais utilizados para tal, o inquérito; na inviabilidade de se realizar um inquérito a todos os elementos da população em análise recorrer-se-á a um por amostragem. Com o objetivo de proceder à previsão da procura turística será desenvolvido um modelo teórico com base num conjunto de possíveis determinantes da procura por passeios turísticos em dirigíveis. Com base na modelização da procura turística será proposto um modelo de negócio. Por fim, será feita uma análise económica e financeira que contemplará todos os previsíveis rendimentos e despesas decorrentes do negócio.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, C. (2008), Aeroportos e Turismo Residencial: do Conhecimento às Estratégias, Tese para a obtenção do grau de Doutor em Turismo, Universidade de Aveiro, Aveiro.
- Airships Association (s.d), In *Airships Association* [online], Obtido em 30 de Abril de 2013, a partir de <http://www.airship-association.org/cms/>
- Airship Ventures (s.d), In *Airship Ventures* [online,]. Obtido em 05 de Maio de 2013, a partir de <http://www.airshipventures.com/company#flightseeing-and-beyond>
- Beni, M. C. (2003), Globalização do turismo, São Paulo: Aleph.
- Bieger, Thomas e Wittmer, Andreas (2006), "Air transport and tourism - Perspectives and challenges for destinations, airlines and governments", *Journal of Air Transport Management*, 12, pp.40-46.
- Businessweek.com (s.d), Company Overview of 21st Century Airships Team Inc., Obtido em 05 de Maio de 2013, a partir de <http://investing.businessweek.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapid=24198687>
- Gazder, R. P., & Pant, R. S. (2002), "A Comparative Evaluation of Operation of Airships and Helicopters In Uttaranchal", Paper presented at the National Conference on LTA Technologies, Agra.
- Instituto Nacional de Aviação Civil (2009), Circular Técnica de Informação 09-02. Obtido em 05 de Outubro de 2012, a partir de [http://www.inac.pt/vPT/Generico/LegislacaoRegulamentacao/CircularesInformacao/Documents/cti\\_09\\_02Edicao1.pdf](http://www.inac.pt/vPT/Generico/LegislacaoRegulamentacao/CircularesInformacao/Documents/cti_09_02Edicao1.pdf)
- Junior, D. (1999), Estudo da Viabilidade Técnico-económica da Utilização de Dirigíveis como Meio Alternativo de Transporte de Cargas e Passageiros, Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná.
- Machado, L. e Almeida, A. (2010), Turismo – Inovação e Novas Tecnologias, SPI, Porto.
- Maia, A., & Borges, M. (2006), "Turismo em Cabo Verde: Perspectivas de Crescimento com o Aeroporto Internacional da Praia", *Ilha de Santiago. Caderno Virtual de Turismo*, 6(2), 9.
- Pereira, L., & Silva, J. (2011), "Airships and Conventional Air Transportation Systems. Insights and Challenges for Portugal", Paper presented at the 51st European Congress of the Regional Science Association International (ERSA) New Challenges for European Regions and Urban Areas in a Globalised World, 30 August-3 September, Barcelona, Spain.
- Peeters, P. (2007), "The impact of tourism on climate change. Policy Dialogue on Tourism, Transport and Climate Change", Stakeholders Meet Researchers, 15-04-2007. Paris: Eclat.
- Prideaux, B. (2000), "The Role of the Transport System in Destination Development". *Tourism Management*, 21(53-63).
- Sandoval, A. B. (2004), Modelo Económico para Viabilização do Uso de Dirigíveis no Transporte Turístico, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Engenharia dos Transportes, Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro.
- Swissinfo.ch (2005, 25 de Maio), Zeppelin autorizado na Suíça, Obtido em 05 de Maio de 2013, a partir de [http://www.swissinfo.ch/por/index/Zepelin\\_autorizado\\_na\\_Suica.html?cid=4532954](http://www.swissinfo.ch/por/index/Zepelin_autorizado_na_Suica.html?cid=4532954)
- Zeppelin Europe Tours (s.d.), In Zeppelin Europe Tours [online], Obtido em 05 de Maio de 2013, a partir de <http://www.zeppelin-europe-tours.com/en/index.html>
- Zeppelin (s.d), Zeppelin flights – experience new perspectives, Obtido em 05 de Maio de 2013, a partir de <http://www.zeppelinflug.de/zeppelin-flights.html>

## SS11 - SOCIAL SPACES: A NEW LITERATURE OF REGIONAL ECONOMICS

Coordinator: Paulo Mourão

### [1158] O CAPITAL HUMANO COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

THE HUMAN CAPITAL AS AN ENGINE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT

*Eduardo Duque*

CICS/ICS/UMinho e Universidade Católica, Centro Regional de Braga, Portugal ([eduardoduque@ics.uminho.pt](mailto:eduardoduque@ics.uminho.pt))

## RESUMO:

O desenvolvimento das sociedades contemporâneas, promovido sobremaneira pela chamada sociedade do conhecimento, assenta os seus pilares sobre o desenvolvimento da tecnologia, a importância das redes de produção e difusão de conhecimento. Conceitos como os de inovação e criatividade humanas são a alavanca das novas dinâmicas criativas de desenvolvimento e desempenham um papel preponderante em todas as dimensões da vida, tanto social como económica. Estes conceitos, baseados no conhecimento, na determinação e na capacidade de saber inovar e recriar respostas adequadas a cada momento, são vistos como aspetos intangíveis, mas profundamente determinantes numa cultura que se deseja empreendedora e que favoreça a aprendizagem. Ora, o que distingue as sociedades são as suas pessoas e a forma como aportam conhecimento, já que o desenvolvimento sociocultural e económico vai depender em larga medida da qualidade (capital humano) dos seus indivíduos (recursos humanos). Neste estudo, parte-se do princípio de que o capital humano é determinante na construção de uma sociedade melhor formada, mais inovadora e inteligente, voltada para valores mais pós-materialistas e menos tradicionais, com menos desigualdades e mais respeitadora do próximo. E, conseqüentemente, a maior capital humano corresponde uma sociedade mais desenvolvida e de maior bem-estar. Os resultados mostram relações significativas entre o capital humano e os valores que priorizam tanto a autorrealização e a participação como a determinação e independência e o compromisso participativo, condições essenciais para fomentar uma sociedade mais plural, mais justa e com menos desigualdades sociais.

**Keywords:** Capital humano, desenvolvimento, empreendedorismo, criatividade, inovação

## ABSTRACT:

The development of contemporary societies, greatly promoted by so-called knowledge society, based their pillars on the development of technology, the importance of networks of production and diffusion of knowledge. Concepts such as innovation and human creativity are the lever of the new creative dynamics of development and play a leading role in all aspects of life, both social and economic. These concepts, Knowledge-based in determination and in the ability of know how to innovate and recreate appropriate answers to each moment, are seen as intangible aspects, but deep determinants in a culture that is desired to be entrepreneurial and that could promote learning. But what distinguishes societies are its people and how they contribute knowledge, as the socio-cultural and economic development will depend largely on the quality (human capital) of their subjects (human resources). In this study, we start from the principle that human capital is crucial in building a better formed society, most innovative and intelligent, toward more post-materialist values and less traditional, with less inequality and more respectful of others. And, accordingly, the highest human capital corresponds a more developed and more well-being society. The results show a significant relationship between human capital and the values that prioritize both self-realization and participation as determination and independence and commitment participatory, essential conditions to foster a more plural and just society, with less social inequalities.

**Keywords:** Human capital, development, entrepreneurship, creativity, innovation

## INTRODUÇÃO

Uma das questões que se ouve com frequência na sociedade contemporânea é a urgência de se investir nas pessoas, já que é nelas que reside o potencial de desenvolvimento. As instituições precisam de se atualizar, de criar novos conceitos, de imaginar novos mundos e para isso não é suficiente, nem tão pouco imprescindível, o investimento nas estruturas, mas é essencial o investimento nas pessoas. Poder-se-á dizer que são as pessoas o motor de qualquer instituição e, tal constatação acontece, tanto nos países mais pobres, como nos mais desenvolvidos. Todavia, em ambos há uma preocupação por formar as pessoas e, ainda que o acento seja diferente, a tônica é a mesma, a escolarização. Claro que nos países mais pobres a questão que está em jogo é a escolarização básica para todos, sendo que, nos países mais desenvolvidos, porque já têm aquela dada como adquirida, coloca-se a questão tanto na forma como se deve alcançar uma “boa educação”, no contexto da democracia e da participação, como nas questões do *deficit* de qualificação para fazer frente aos novos modelos de desenvolvimento cultural e social.

A questão central do capital humano, como já vimos, gira em torno da educação, tornando-se, assim, o investimento educativo como que o barómetro de desenvolvimento de um determinado país, como que se fosse possível, ao olhar para o investimento na educação, não só ler o estado situacional do presente,

como também, e essencialmente, antecipar o estado do desenvolvimento de determinada realidade ou contexto.

No estudo que ora se apresenta, pretende-se discutir o conceito de capital humano e os seus impactos na sociedade contemporânea, percebendo até que ponto é ele capaz de gerar novas identidades, mais plurais, mais justas e menos desiguais, que no fundo seriam condições básicas ao desenvolvimento de uma sociedade e, conseqüentemente, à apreciação positiva da vida, conducente, em última análise, ao bem-estar e à felicidade dos indivíduos.

## A EDUCAÇÃO COMO MOTOR DO DESENVOLVIMENTO

Nas últimas décadas, tem havido uma preocupação acentuada pela formação generalizada de toda a população, tal como comprova a iniciativa “Educação para todos” das Nações Unidas, em que se propõe dar educação básica a todas as crianças, jovens e adultos. Esta iniciativa é tão alargada que foi assinada por 164 governos, que se comprometeram, conjuntamente com vários organismos de desenvolvimento, bem como com a sociedade civil e mesmo o setor privado, em desenvolver todos os esforços para que este programa seja implantado com sucesso e contemple o maior número de pessoas.

Embora esta iniciativa vise essencialmente a educação básica para todos, a preocupação por melhorar os padrões de educação é comum a outros níveis, razão pela qual a *Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI* propõe que se ofereça, igualmente a todos, oportunidades para a educação superior e para a educação permanente.

A educação passa a ser entendida como um verdadeiro investimento não só capaz de alterar o presente, mas também com capacidade de transformar o futuro.

Jeremy Rifkin (2000) refere que “a riqueza já não está representada pelo capital físico, mas pela imaginação e criatividade humanas”. Daí que, tal como referia a *Declaração de Santo Domingo*, a sociedade do conhecimento “implica o aumento das capacidades tecnológicas, combinando metodologias tradicionais e modernas, que estimulem a criação científica e tornem viável o desenvolvimento humano sustentável” (UNESCO, 1999).

Segundo Alencar (2005), a criatividade é um elemento crucial para enfrentar os desafios deste século. Também Teece *et al.*, (1997), Scott (2000), Landry (2000), Florida (2002), Costa (2003), Alegre *et al.* (2006), Schleicher (2011), entre outros, se referem à criatividade, especialmente às atividades criativas e culturais, como essenciais ao desenvolvimento de dinâmicas económicas e sociais sustentáveis.

## O CAPITAL HUMANO E NOVOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO

Do capital humano, aqui definido como o conhecimento que gera conhecimento sustentável, depende o desenvolvimento da sociedade. Segundo Hamermesh e Rees (1993), o capital humano é um conjunto de conhecimentos, atitudes, perícias, aprendizagens, que torna o recurso humano produtivo. Portanto, da mesma forma que o sucesso ou insucesso de uma organização depende da qualidade dos seus recursos, assim também a maior ou menor sustentabilidade social vai depender da forma como os seus políticos, educadores e decisores, conjuntamente com a demais população, souberem gerir, as oportunidades do presente.

Vários foram os autores que se referiram à importância do capital humano, tanto como fator decisivo de desenvolvimento (Schultz, 1961, 1993; Becker, 1962; Elias, 1972; Schawn, 1976; Hansson, 1997; Barro, 1991; Benhabib e Spiegel, 1994, Sen, 2002), como agente determinante de crescimento económico (Romer, 1986, Lucas, 1988).

Com a emergência de novos modelos de desenvolvimento, o capital humano ganha maior amplitude ao ser entendido quer como um *input* produtivo que provoca naturalmente maior ou menor crescimento económico (Becker, 1962; Lucas, 1988), quer pelo seu impacto positivo na capacidade de inovar, fator muito interligado com novas tecnologias (Nelson e Phelps, 1966; Benhabib e Spiegel, 1994).

## MEDIDA DE CAPITAL HUMANO

Uma parte significativa da literatura que se dedica ao estudo do capital humano, considera a educação formal, habitualmente medida pelo nível de escolaridade, como o seu eixo central, pelo que ao mensurá-la se está a avaliar o nível de capital humano, assim entenderam autores como Schultz (1961, 1993) e

Becker (1962). Este último autor, na mesma obra, faz também referência a outras dimensões de investimento no capital humano, como a formação no decurso do trabalho, os cuidados ligados à saúde e à nutrição e o acompanhamento da situação económica. Barro (1991), no seu estudo que evidencia que a maiores níveis de capital humano correspondem níveis mais altos de crescimento económico, recorreu também ao nível de escolaridade, mas, neste caso, somente no ensino secundário. Benhabib e Spiegel (1994), numa análise longitudinal entre 1960 e 1985 em que estuda o capital humano em 78 países, avaliam-no através do nível de escolaridade alcançado no passado. Romer (1990), estuda o capital humano recorrendo para além das suas variáveis mais clássicas, como o nível de escolaridade e de experiência profissional, ao *stock* de conhecimento. Outros autores, descontentes com as taxas de alfabetização e escolarização para medir o capital humano, quantificaram-no através dos anos médios de escolaridade da população (sobre estes contributos pode ler-se Teixeira, 1996). Por sua vez, Lepak e Snell (2002) mediram o capital humano através do trabalho, sendo que havia fatores que mediam os conhecimentos e as destrezas dos indivíduos e outros que mediam a sua especificidade.

Como é possível depreender do que aqui foi exposto, não há uma única forma, nem tão pouco unânime, de se avaliar o capital humano, porém, grande parte dos autores avaliam-no a partir do nível de escolaridade formal, que, sendo aceitável, não deixa de ser uma medida muito redutora de o aferir, já que ignora outras dimensões não menos importantes, como a formação ao longo da vida, as várias experiências profissionais, a transmissão familiar do próprio capital humano, o número de viagens, etc.

Posto isto, neste estudo, partimos da hipótese de que o capital humano estimula a construção de uma sociedade mais criativa e inovadora, baseada num modelo de desenvolvimento que prioriza a autorrealização, a independência e a liberdade como suas bandeiras fundamentais.

## METODOLOGIA

Uma vez que o capital humano não é uma medida unívoca, que avalia somente uma dimensão da vida, mas uma capacidade adquirida pelo indivíduo, que o torna uma mais-valia no seu contexto, capaz de acrescentar valor seja social, cultural ou económico, construiu-se, a partir das variáveis disponíveis no European Values Survey para o ano de 2008, uma medida de capital humano tão abrangente quanto possível, quer contemplando os conceitos centrais de capital humano, como o nível de escolaridade, quer outras dimensões que julgamos centrais neste processo, como a idade, nível de escolaridade, nível educativo dos pais, o tamanho da localidade em que reside, o tipo de ocupação profissional que desempenha, a situação laboral e o vencimento.

Passemos agora a explicar a razão de ser de cada uma destas opções:

A **idade** está a adquirir uma importância cada vez maior no âmbito das relações laborais. Se por um lado, os mais jovens são os que apresentam mais facilidades para entrar no mercado laboral, pela própria força da juventude, pelas dinâmicas que lhes são inerentes e pela capacidade adaptativa a qualquer meio, por outro lado, os mais velhos são os preteridos pelos mercados, uma vez que não acrescentam mais-valia direta ao desenvolvimento. É importante realçar que, nos últimos anos, temos vindo a assistir ao aumento do desemprego jovem, pelo que, conjuntamente à idade dos jovens que teoricamente não produzem por se encontrar em idade formativa (18-22 anos), há outros que, terminando este nível de ensino, passam a encontrar-se numa situação de desemprego (23-26). Supomos também que a idade mais ativa, já com trabalho remunerado, e como tal melhor recompensada, seja a idade entre os 30-43 anos, sendo que, dos 44 aos 54 anos, embora seja uma fase ativa da vida, possa representar declínio, já que no caso de desemprego, é uma idade difícil de regressar, com o mesmo valor, ao mercado de trabalho, ainda assim, não tão difícil como na idade entre os 55-57 anos. Há uma idade que entendemos aqui como num processo de transição. Seriam os indivíduos que, embora jovens, academicamente bem preparados e muito hábeis, não integram ainda o grupo dos decisores. Referimo-nos aos jovens que se situam na casa entre os 27 e 29 anos.

Quanto ao **nível educativo**, admite-se que o nível de educação mais básico é o que menos contribui para o capital humano, sendo que quem obteve o nível de educação universitária é quem mais concorre para o desenvolvimento desse capital.

O mesmo acontece com o **nível educativo dos pais**, entendendo que quem não tem qualquer escolaridade ou possui somente o ensino pré-escolar detém significativamente menos capital humano do que quem alcançou o Ensino Superior.

Quanto ao **tamanho do habitat**, compreende-se que as pessoas que vivem em espaços menores e mais periféricos têm menos oportunidades, menor acesso às tecnologias de ponta, à cultura, etc., contrariamente àquelas que vivem em espaços mais urbanizados, com lógicas mais criativas, apresentando, assim, maior capital humano.

Relativamente ao **tipo de ocupação** e à **situação laboral**, supõe-se que se encontre maior capital humano nos indivíduos que desenvolvam trabalhos mais diferenciados socialmente e que tenham trabalho a tempo completo, do que nos indivíduos sem trabalho qualificado ou se encontrem numa situação de desemprego.

Finalmente, quanto ao **vencimento**, supõe-se que o indivíduo com maior remuneração, que *a priori* gera maior produtividade, seja possuidor de maior capital humano do que o que aufera menor rendimento.

Definidas as variáveis que integram a nossa medida de capital humano, procedeu-se à sua reconfiguração partindo do seguinte procedimento:

- 1) **Idade:** 58-65 anos = 0; 18-22, 23-26 e 55-57 = 1; 44-54 e 27-29 = 2; 30-43 = 3;
- 2) **Nível educativo:** Educação básica incompleta = 0; Educação básica (obrigatória) completa, Formação Profissional e Secundária incompleta = 1; Formação Profissional e Secundária completa = 2; Estudos Universitários (com ou sem título) = 3;
- 3) **Nível educativo dos pais:** Nenhum, Educação pré-escolar, 1º e 2º ciclos = 0; 3º ciclo = 1; Ensino Secundário = 2; Ensino Superior (todos os graus académicos) = 3;
- 4) **Tamanho do habitat:** -5.000 habs. = 0; 5.000-50.000 habs. = 1; 50.000-500.000 habs. = 2; + 500.000 habs. = 3;
- 5) **Tipo de ocupação:** não ocupado = 0; não qualificado = 1; qualificado = 2; superior = 3;
- 6) **Situação laboral:** desempregado = 0; reformado, doméstico e estudante = 1; trabalho a tempo parcial = 2; trabalho a tempo completo e autónomo = 3;
- 7) **Vencimento:** baixo = 0; médio-baixo = 1; médio-alto = 2; alto = 3.

O *índice do capital humano* foi construído a partir de 7 variáveis, cada uma com 4 posições. Por sua vez, o índice foi agregado numa escala de 5 pontos, em que 1 corresponde à posição “muito baixa” e 5 corresponde à posição “muito alta”.

Passando a analisar as relações entre o próprio *índice de capital humano* e os seus componentes, verificam-se correlações positivas, sobretudo, com o *nível educativo* e a *ocupação profissional* (em ambas,  $r = 0,64$ ), mostrando relações menos expressivas com o *tamanho do habitat* ( $r = 0,37$ ) e o *nível educativo dos pais* ( $r = 0,44$ ).

Se tivermos em conta a relação dos componentes do índice entre si verifica-se que as correlações *menos significativas* encontram-se entre a *ocupação profissional* e o *nível educativo* com a *idade* ( $r = 0,07$  e  $0,08$ , respetivamente) e, no outro extremo, as mais positivas, entre a *ocupação profissional* e os *salários* com o *nível educativo* ( $r = 0,58$  e  $0,35$ , respetivamente) (cf.: T. 1.).

**Tabela 1.**

**Matriz de correlações (*r* de Pearson) entre os componentes do ICH com o próprio ICH**

	Idade	Nível educativo	Tamanho do habitat	Ocupação	Situação laboral	Salários	Nível educativo dos pais	ICH
Idade	1							
Nível educativo	0.08**	1						
Tamanho habitat	ns	0.10**	1					
Ocupação	0.07 $P < 0.05$	0,58**	Ns	1				
Situação laboral	0.28**	0.12**	Ns	0.15**	1			
Salários	0.13 $P < 0.05$	0.35**	0.23**	0,27**	0.31**	1		
Nível educativo dos pais	ns	0.34**	0.15**	0.25**	-0.07 $P < 0.05$	ns	1	
ICH	0.47**	0.64**	0.37**	0.64**	0.55**	0.63**	0.44**	1

Fonte: Elaboração própria, a partir de EVS. 2008.

**Base:** Toda a população portuguesa.

\*\* A correlação é significativa ao nível 0.01 (bilateral). As exceções são devidamente mencionadas no quadro. Os valores não significativos são identificados como *ns*.

## RESULTADOS

### O CAPITAL HUMANO DOS PORTUGUESES

Fazendo uma leitura do *índice de capital humano*, verifica-se que, numa escala de 1 a 5, em que 1 representa capital humano  *muito baixo* e 5  *muito alto*, o capital humano dos portugueses situa-se abaixo da média da escala (3), apresentando a média de 2,77, valor que se situa entre o nível *baixo* e *médio* da escala.

Observando a distribuição pela escala verifica-se que a maioria da população portuguesa apresenta um *capital humano baixo* (51%), sendo pouco expressiva a percentagem dos que apresentam um *capital humano alto* (3%) (cf.: Q. 1.).

#### Quadro 1.

##### Índice de Capital Humano

Índice de Capital Humano – categorias %					Índice de Capital Humano
Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Média
12	51	34	3	0	2,77

**Fonte:** Elaboração própria. a partir de EVS. 2008.

**Base:** Toda a população portuguesa.

Fazendo uma leitura do *capital humano por gerações*<sup>103</sup>, observa-se que as gerações mais velhas são as que apresentam a média de *capital humano* mais baixo (1921-40, média = 1,92 e 1941-50, média = 1,94), numa posição oposta a estas encontra-se a geração mais jovem (1971-81), apresentando um nível de *capital humano médio* (3,04). Esta diferença geracional não é de estranhar uma vez que são as gerações mais jovens as que têm o acesso mais facilitado à educação formal e ao prolongamento desta ao longo da vida. Neste sentido, compreende-se que é também a geração mais jovem que apresenta um *capital humano* mais recompensado, que se traduz em graus académicos mais elevados, estatuto profissional mais valorizado, situação laboral mais estável, maiores salários e provenientes de contextos familiares culturalmente mais favorecidos (cf.: Q. 2.).

Quanto à análise segundo o sexo, os dados mostram-nos que não existem diferenças no nível do capital humano entre homens e mulheres<sup>104</sup> (cf.: Q. 2.).

#### Quadro 2.

##### Índice de Capital humano, segundo cohortes geracionais, sexo e ideologia

(Percentagem em linha)

		Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto	Médias
Cohortes	1907-20a)						
	1921-40	59	37	4	0	0	1,92
	1941-50	63	33	4	0	0	1,94
	1951-60	12	64	21	3	0	2,64
	1961-70	3	52	41	4	0	2,95
	1971-81	2	45	48	4	0	3,04
Sexo	Homens	9	51	37	2	0	2,80
	Mulheres	14	51	30	4	0	2,73
Ideologia	Esquerda	12	47	40	1	0	2,78
	Centro	9	48	39	4	0	2,92
	Direita	10	53	32	5	0	2,77

<sup>103</sup> Existem diferenças significativas no nível de capital humano entre as gerações:  $F(5, 1.271) = 101,352, p < 0,001, \eta^2 = 0,29$ .

<sup>104</sup> Não existem diferenças significativas:  $t(1.551) = 1,959, ns$ .

**Fonte:** Elaboração própria a partir de EVS, 2008

**Base:** Total da população em Portugal.

**Nota: a)** Não são apresentados valores referentes a 2008, uma vez que em Portugal não foram inquiridos indivíduos desta geração.

Fazendo, agora, uma leitura entre o índice de capital humano e *os aspetos que os indivíduos consideram importantes no seu trabalho* verifica-se que as prioridades dos portugueses giram em torno de preocupações similares, nomeadamente, *ter bons salários, emprego seguro e estável e bom ambiente de trabalho*, ainda que estas ocupem prioridades diferentes entre os indivíduos com diferentes níveis de capital humano.

## O CAPITAL HUMANO E A DIMENSÃO VALORATIVA DOS PORTUGUESES

Importa agora compreender os valores subjacentes aos indivíduos com diferentes níveis de capital humano. No fundo, o que se pretende perceber é o que move um indivíduo a fazer as suas opções estruturantes.

Tal como se referiu no enquadramento teórico, o capital humano mais reconhecido identifica-se através de horizontes mais largos, de ritmos de aprendizagem formal e informal mais intensos, de vivências profissionais mais abrangentes, sendo que as dimensões que subjazem a esta cultura empreendedora supõem também que por detrás desta, coexista uma identidade mais autónoma, mais determinada, livre, independente.

Para melhor compreender a forma como estas dimensões se interligam, vamos proceder à análise da dimensão valorativa dos portugueses segundo o seu capital humano. Recorrer-se-á, para isso, à criação do índice de individualização (Ester, Halman e De Moor, 1994; Halman, 2003; Vala, 1993) e do índice do posmaterialismo (Inglehart, 1997; Freire, 2001; França, 1993; Vala e Viegas, 1990; Vala, 1993).

A medida de individualização foi adotada a partir da bateria das respostas<sup>105</sup> que identificam os grandes espaços de valores em que se movem os indivíduos e que se manifestam como grandes objetivos na vida, os quais se aproximam aos que Rokeach (1973) apelidou como valores finais (Pereira, *et. al.*, 2005). Desta bateria de respostas, constata-se uma clara polarização dos valores<sup>106</sup>, os quais se agregam, por um lado, em torno de princípios tradicionais, por outro, em torno de princípios que expressam a individualização. Se num extremo se encontra a *Obediência e a Fé*, como valores que mais se identificam com os princípios tradicionais, no outro extremo, encontra-se a *Independência e a Determinação*, como valores que melhor se representam os princípios da individualização. Foi precisamente esta polarização que deu origem ao nosso índice de individualização.

A medida de posmaterialismo foi elaborada a partir da teoria de Inglehart (1977), em que se pede aos inquiridos para assinalar, entre os quatro objetivos (goals) mais importantes para o país, o que considera mais importante para alcançar nos próximos anos, e qual o segundo mais importante<sup>107</sup>. Os indivíduos que optaram pela primeira e terceira opção (segurança física e económica) são classificados como *materialistas*; enquanto que os que preferiram a segunda e a quarta opção (de pertença e liberdade intelectual) são interpretados como *pós-materialistas*. Os que optaram por um item materialista e um pós-materialista são caracterizados como *mistos*.

Analisando, agora, o *índice de capital humano* segundo o *índice de individualização* dos indivíduos, constata-se que quanto maior o *capital humano* maior é também a adesão aos valores da *independência e determinação*. Embora esta correlação seja fraca ( $r = 0,16$ ,  $p < 0,001$ ), manifesta-se nos valores das médias entre os diferentes indivíduos portugueses: um indivíduo com um *capital humano muito baixo* apresenta um valor médio de 2,75 de *individualização*, ou seja, privilegiam mais os valores tradicionais de *obediência e de Fé*. Contrariamente a estes, os indivíduos com um nível de *capital humano alto* são os que

<sup>105</sup> Questionou-se, assim, os indivíduos sobre quais as qualidades que podem ser ensinadas às crianças em casa, indicadores que podem representar, deste modo, os valores que os indivíduos consideram essenciais para a vida. Das 11 hipóteses, o indivíduo poderia escolher até um máximo de 5. As hipóteses eram as seguintes: ter boas maneiras, ser independente, ser trabalhador, sentido de responsabilidade, ter imaginação, ser tolerante e respeitar os outros, ser poupado, ser determinado e perseverante, ter fé religiosa, não ser egoísta e ser obediente. As respostas podiam variar entre 0 (não mencionado) e 1 (importante).

<sup>106</sup> Submeteu-se a bateria de respostas a uma análise fatorial de componentes principais, verificando-se a polarização de dois diferentes eixos. Recorreu-se à rotação Varimax, a qual minimiza o número de variáveis que têm saturações altas em cada fator, reforçando a tendência para que se formem componentes não correlacionados, e forçamos a construção de uma solução com apenas um fator.

<sup>107</sup> Os quatro itens propostos eram os seguintes: 1. Manter a ordem no país; 2. Dar às pessoas mais oportunidades de participar nas decisões políticas importantes; 3. Combater a subida de preços; 4. Proteger a liberdade de expressão.

apresentam maior adesão aos valores de individualização de *independência e determinação*, com um nível médio de 3,77 de *individualização*<sup>108</sup>.

Se esta hipótese da *individualização* está correta, esperar-se-á uma sociedade moderna, com maior acesso à cultura e educação, que se define não só pela autonomia pessoal, mas pela busca da autorrealização e, como postula Inglehart, ambas as posições - autonomia e autorrealização - expressam valores tipicamente pós-materialistas, próprios das sociedades avançadas, baseadas mais em ideias de autorrealização e participação (posmaterialismo) do que de sobrevivência e bem-estar económico (materialismo).

Cruzando este *índice de posmaterialismo* com o de *capital humano* verifica-se que os indivíduos com valores pós-materialistas apresentam uma média mais elevada de capital humano (3,07), ou seja, os indivíduos com níveis de escolaridade mais alto, o estatuto ocupacional e os vencimentos mais elevados e provenientes de contextos familiares culturalmente mais favorecidos são os que valorizam mais na sua vida as ideias de autorrealização e participação (posmaterialismo). Contrariamente a estes, os indivíduos que valorizam os ideais de sobrevivência e bem-estar económico (materialismo) apresentam uma média de capital humano mais minorado<sup>109</sup>, encontrando-se abaixo da média da escala (2,72). Daqui pode depreender-se que os indivíduos com níveis educativos mais baixos e com uma situação profissional mais instável e economicamente menos favorecida priorizem nas suas vidas o bem-estar económico e a sobrevivência.

Em forma de síntese, verifica-se que em Portugal manifesta-se entre o materialismo/posmaterialismo e individualização uma correlação linear positiva, o que traduz que a maiores níveis de posmaterialismo correspondem maiores níveis de individualização e, por oposição, a maiores níveis de materialismo, maiores princípios tradicionais ( $r = 0,08$ ,  $p < 0,001$ ). Deste forma depreende-se que quanto mais alto o capital humano maior é a adesão aos valores pós-materialistas e de individualização.

Uma outra dimensão valorativa que identifica o ser humano é a forma como se posiciona perante o bem comum, ou seja, é a sua atitude e postura cívicas na defesa de certos princípios, valores e práticas tidas como essenciais à preservação e integridade do que é comum.

Posto isto, de forma a compreender até que ponto o capital humano se relaciona com a dimensão de civismo, criou-se o índice de moral cívica, a partir da agregação de cinco variáveis, que julgamos capazes de representar o sentido de responsabilidade cívica de um cidadão<sup>110</sup>.

Os dados comprovam que os indivíduos que apresentam maior nível de capital humano são também os que manifestam maior civilidade<sup>111</sup>, expressão que se traduz numa média de 7,03, entre os que se encontram no nível alto de capital humano, numa escala em que 1 representa menor civismo e 10 maior civismo; contra a média de 5,92 de respeito cívico dos que se situam no nível mais baixo de capital humano<sup>112</sup>.

## O CAPITAL HUMANO E A OPÇÃO PELA LIBERDADE

O capital humano, tal como já se referiu, deve ser entendido como um conjunto de bens intangíveis de que dispõe um indivíduo para desenvolver-se em harmonia, o que compreende desde logo o conceito de liberdade.

Por desgraça, a liberdade, e por conseguinte a capacidade criativa e inovadora, tendem a esmorecer à medida que o ser humano se conforma com os padrões homogêneos da sociedade e com sistemas rígidos de educação que circunscrevem qualquer espírito empreendedor.

Desta forma, os indivíduos e as comunidades terão tantos mais benefícios quanto mais se investir numa educação que promova a liberdade e, conseqüentemente, mais ferramentas estarão a ser dadas para o exercício da criatividade que, em última análise, seria um investimento em estratégias que fomentam respostas novas para novos e velhos problemas.

<sup>108</sup> Os resultados da ANOVA mostram que existem diferenças, ainda que pouco expressivas, no grau de individualização entre os diferentes níveis de capital humano:  $F(3, 585) = 5,201$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2 = 0,03$ .

<sup>109</sup> O teste mostra-nos a existência de diferenças, pouco nítidas, de capital humano nas diferentes posições:  $F(2, 1.503) = 10,020$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2 = 0,01$ .

<sup>110</sup> O índice foi formado a partir das seguintes variáveis: Não passar recibos para não pagar impostos; Mentir no seu próprio interesse; Reivindicar benefícios do Estado a que não se tem direito; Não pagar impostos se tiver oportunidade; Aceitar um suborno no cumprimento dos seus deveres. A fiabilidade do índice apresenta uma boa consistência:  $\alpha = 0,81$ .

<sup>111</sup> Embora débil, verifica-se uma relação linear positiva entre o índice de civismo e o de capital humano:  $r = 0,07$ ,  $p < 0,05$ .

<sup>112</sup> Verificam-se diferenças significativas de civismo entre as diferentes posições de capital humano:  $F(3, 1.548) = 2,839$ ,  $p < 0,05$ .



De modo a compreender de que forma o capital humano se interliga com a liberdade, procuramos, entre as questões disponíveis no EVS, as que melhor poderiam expressar esta dimensão e encontramos duas variáveis possíveis de análise: a primeira relativa à função do Estado, que permite compreender até que ponto se prefere um Estado controlador<sup>113</sup>; a segunda mais ligada aos valores e identidades do campo político, que permite compreender qual a prioridade do indivíduo diante de duas opções de escolha: liberdade ou igualdade<sup>114</sup>.

Procedendo agora à análise de ambas as questões, verifica-se que os indivíduos com maior capital humano são também os que mais expressam a ideia de um Estado menos controlador da vida empresarial ( $r = 0,09$ ,  $p < 0,005$ ). Independentemente do nível de capital humano, os indivíduos preferem um Estado que dê maior liberdade às empresas, mas as médias<sup>115</sup>, que se situam a meio da escala para todas as posições de capital humano, mostram-nos que, embora o Estado deva dar liberdade à vida empresarial, também não se deve ausentar totalmente dela, pelo que se depreende duas questões: por um lado, a rejeição de um Estado capaz de providenciar tudo e que aniquila a vida empresarial como quadro para a troca de bens e serviços; por outro, recusa-se a ideia da negação de todo o tipo de intervenção estatal, pelo que, sendo os indivíduos com *níveis médios* de capital humano a favor da liberdade, fica bem expressa, pela média de 6,17 (de 1 a 10, em que 10 refere que o Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas), a ideia de que são também a favor da dialética entre a liberdade que o Estado deve dar e o controlo que este deve ter sobre a empresa, revelando que Estado e empresa não são excludentes, mas realidades que se complementam.

Analisando agora a segunda questão, verifica-se que os indivíduos que optam pela *liberdade*, ou seja, entregues ao seu próprio destino, desenvolvendo-o por sua livre vontade, são os que apresentam médias mais altas de capital humano (2,39), contra os indivíduos que preferem a *igualdade* (2,27), que mais não é do que a atenção ao outro. É importante realçar que as diferenças mais acentuadas de capital humano não se dão entre os indivíduos que fazem estas duas opções, mas entre os que priorizam a *liberdade* e os que dizem *não concordar* que a *liberdade e a igualdade são importantes*, os quais apresentam uma média de 2,19 de capital humano<sup>116</sup>.

É importante ainda focar um outro aspeto que os dados deixam antever e que se prende diretamente com a questão da igualdade, ou seja, a maior capital humano corresponde não somente maior opção pela *liberdade* como já mencionamos, mas também pela *igualdade*, entendendo-se assim que o progresso deve caminhar ao par de atitudes inclusivas, sem que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas, fazendo com que a igualdade social seja condição do desenvolvimento sustentável.

## SATISFAÇÃO COM A VIDA

Para melhor compreender, no argumento deste texto, o conceito de desenvolvimento sustentável há que recordar que todo o ser humano tem como propósito alcançar a sua felicidade.

Deixando de lado toda a revisão bibliográfica sobre esta temática que está profundamente trabalhada (entre outros, Jullien *apud* Fraser, 1964; Giddens, 2002; Easterlin, 1995, 2009; Ryff e Keyes, 1995; Sen, 2002; Schwars e Stone, 2004; Díaz *et al.*, 2006), centremo-nos na questão que aqui se procura estudar, que é a relação entre o capital humano e a satisfação com a vida.

A partir de uma variável do EVS, em que se pergunta qual o grau de satisfação que sente, considerando todos os aspetos da vida, verifica-se que à medida que aumenta o nível de capital humano aumenta também o grau de satisfação com a vida ( $r = 0,11$ ,  $p < 0,001$ ). E as médias corroboram esta tendência, já que os indivíduos que apresentam menores níveis de capital humano são os que se apresentam também

<sup>113</sup> Na questão original, pede-se para se posicionar, na escala de 1 a 10, sobre se o Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas ou se devia controlar mais as empresas. Por uma questão analítica, procedemos à inversão da variável.

<sup>114</sup> Na questão original, pergunta-se qual das seguintes afirmações corresponde melhor à sua opinião: A. Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a liberdade, ou seja, cada um poder viver em liberdade e desenvolver-se à vontade; B. A liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse que escolher entre as duas, escolheria a igualdade, ou seja, que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas. São três as opções de resposta são: concorda com a afirmação A; concorda com a afirmação B; não concorda com nenhuma.

<sup>115</sup> Há diferenças significativas de opinião dos indivíduos em relação à forma como o Estado se deve posicionar entre os diferentes níveis de capital humano:  $F(3, 1.429) = 5,622$ ,  $p < 0,005$ ,  $\eta^2 = 0,01$ . Os que têm um nível de capital humano Muito Baixo apresentam uma média de 5,30; Baixo, 5,81; Médio, 6,17 e Alto, 5,73.

<sup>116</sup>  $F(2, 1.481) = 7,626$ ,  $p < 0,005$ ,  $\eta^2 = 0,01$ .

mais insatisfeitos com vida (nível muito baixo, 6,22 e baixo, 6,85<sup>117</sup>) e, paradoxalmente a estes, a níveis mais altos de capital corresponde maior satisfação com a vida (nível médio, 6,96 e alto, 7,06), o que traduz que os indivíduos com graus de escolaridade mais altos, com maior estabilidade laboral, profissões mais diferenciadas, etc., são os indivíduos que vivem melhor com a vida. É ainda de realçar que, embora se verifica diferenças significativas quanto ao bem-estar entre os diferentes níveis de capital humano ( $F(3, 1.539) = 7,514, p < 0,001, \eta^2 = 0,01$ ), os níveis médios de bem-estar situam-se acima da média da escala, o que representa que a população portuguesa, na sua generalidade, encontra satisfação na vida.

## DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capital humano tem sido trabalhado de muitas formas e a partir de muitas e diferentes áreas. O estudo que aqui se apresenta é inovador ao elaborar uma medida de capital humano a partir de componentes disponíveis na base de dados do *European Values Survey*. Compreende-se, assim, que as variáveis a que recorremos e que integram esta medida foram as possíveis de acordo com as que o inquirido disponibiliza, pelo que os resultados a que chegamos seriam diferentes se outros componentes tivessem sido utilizados.

Portugal, nas últimas décadas, tem vindo a intensificar o seu nível escolar, combatendo o abandono do ensino e avançando para o objetivo da escolaridade obrigatória para os 18 anos, metas que têm manifestado progressos muito notáveis.

Também nestes últimos anos, é notável o incremento muito substancial da percentagem da população com estudos universitários.

Sendo a educação uma das componentes centrais do capital humano, compreende-se, assim, que as gerações mais novas, com mais estudos, apresentem, desde logo, níveis mais altos de capital humano, contra as gerações mais velhas, socializadas num tempo em que nem todos tinham as mesmas oportunidades de frequentar o ensino, e, como tal, com níveis mais reduzidos de capital humano.

O que aqui se diz em relação aos níveis de escolaridade, poder-se-á referir em relação a outros componentes que incorporam o capital humano e que estão diretamente ou indiretamente relacionados com a educação, como seja a situação laboral, a profissão ou o vencimento. Ou seja, quanto mais elevado for o nível escolaridade, maior será a distinção na profissão, nos salários e na ocupação, pelo que, se o acesso à educação entre as gerações mais velhas era prerrogativa só de algumas famílias, facilmente se compreende que somente alguns estratos sociais, com maior facilidade de acesso aos colégios e universidades, ascendiam a profissões, ocupações e vencimentos relevantes.

Posto isto - e uma vez que o aumento da escolaridade tem sido mais intensificado nos últimos tempos o que, naturalmente, é um sinal positivo, mas que demorará a cobrir toda a população - assim se compreende que o nível de capital humano português se situe abaixo do nível médio da escala (2,77, numa escala de 1 a 5). Nunes *et al.* (1989) e Valério (1993) constatando os baixos níveis de escolaridade dos portugueses, já tinham chamado a atenção para a dificuldade de Portugal em alcançar níveis sustentados de desenvolvimento.

Para melhor compreender os valores subentendidos nos diferentes níveis de capital humano, partimos de duas teorias com grande comprovação empírica e que se baseiam no princípio de que as sociedades modernas estão a passar por um processo de convergência sociocultural, tornando-se, por um lado, mais autónomas e individualistas (Ester, Halman e De Moor, 1994; Halman, 2003; Vala, 1993) e, por outro, mais pós-materialistas, representando maior adesão a ideias de *autorrealização* e *participação* Inglehart, 1997; Freire, 2001; França, 1993; Vala e Viegas, 1990; Vala, 1993).

Cruzou-se a teoria da individualização com a do capital humano e verificamos que os indivíduos com níveis mais altos deste capital são os que apresentam também valores de maior *independência* e *determinação* e que, no polo oposto a este, ou seja, com níveis mais baixos de capital humano se encontravam os indivíduos que priorizam valores mais ligados aos princípios tradicionais.

Se esta teoria está diretamente orientada com a do posmaterialismo, seria de esperar que os indivíduos com mais capital humano elegessem também valores mais pós-materialistas. Os resultados da Anova permitiram constatar precisamente este pressuposto, revelando que os indivíduos com maior capital humano priorizavam também as ideias de autorrealização e participação em detrimento de ideias de sobrevivência e bem-estar económico.

<sup>117</sup> Numa escala de 1-10, em que 1 representa insatisfeito e 10 satisfeito.

Uma vez que grande partes dos estudos que têm sido desenvolvidos sobre o capital humano têm incidido sobre os seus impactos na vida económica, não se encontram estudos que corroboram diretamente a correlação positiva entre capital humano, individualização e posmaterialismo, porém, julgamos que ela faz todo o sentido à luz da sociedade do conhecimento, já que esta supõe, como refere Bontis *et al.* (1999), recursos humanos capazes de aprender, empreender, inovar e criar, que é, por sua vez, uma linguagem muito familiar de quem possui níveis educativos mais altos, profissões mais diferenciadas, etc., que são também, tal como evidencia a correlação, os que atribuem maior prioridade aos valores da autonomia, autorrealização e participação.

Uma outra questão que aqui se analisou prende-se com a relação entre o capital humano e o civismo e comprovou-se que os indivíduos com maior capital humano são também os que apresentam maior respeito pelo outro e pelo cumprimento dos direitos fundamentais inalienáveis do ser humano, ou seja, as pessoas com mais escolaridade são também aquelas que apresentam maior sentido de responsabilidade pública. Esta teoria não é nova e vários são os autores que se referem à importância da educação na manutenção do bem público e da civilidade. Bendix (1996), a este propósito, referia que a educação, como quesito universal, e como instituição tutelada pelo Estado, tornou-se o instrumento essencial para a formação de cidadãos com responsabilidades e direitos iguais.

Diante da questão da liberdade, inscreve-se a ideia de que os indivíduos com maior potencial humano priorizam a liberdade de ação das empresas e desviam-se da ideia do Estado controlador. Porém, as médias posicionadas a meio da escala deixam antever que, se por um lado a liberdade de ação é condição essencial para o trabalho criativo, para o pensamento fruitivo, para a ação imaginativa, que são conceitos-chave da cultura empreendedora e, naturalmente, facilitadora de novas iniciativas e conhecimentos, por outro lado, que o Estado não deve ser totalmente alheio às empresas, manifestando assim que o Estado e a vida empresarial não são organizações antagónicas, mas que ambas as entidades são essenciais ao bom desenvolvimento social, cultural e económico da sociedade.

Esta questão que interliga o capital humano e a liberdade do indivíduo, como fator essencial da capacidade de inovação e, conseqüentemente, de maior desenvolvimento sociocultural e económico, foi expressa, em setembro de 2011, na Cimeira de Lisboa, em que, refletindo sobre Competências e Capital Humano, se reafirmou que o capital humano é o fator essencial para acelerar o crescimento e a inovação (Schleicher, 2011). Neste mesmo sentido, também Alegre *et al.* (2006) e Teece *et al.* (1997) evidenciaram os efeitos positivos do capital humano sobre a capacidade de inovação dos indivíduos.

Finalmente, uma palavra sobre a relação entre o capital humano e a satisfação com a vida. Como percebemos, tanto um conceito como o outro são fenómenos multicausais que integram vários componentes que se interligam entre si. Jullien (apud Fraser, 1964: 35) refere-se ao capital humano, particularmente à educação, como “a base da edificação social” sobre a qual toda a noção de felicidade assenta e Kaloyiannaki (2002) acredita que a educação é determinante no “renascimento” intelectual e moral do homem e atua sobre o bem-estar nacional. Ora, a ideia de satisfação ou a noção de bem-estar surge, assim, no individuo como o resultado da sua interação com os bens necessários para viver, que mais não são do que a confluência de variáveis económicas, culturais, psicológicas, políticas que atuam como fatores decisivos na hora de se perceber a satisfação com a vida.

O nosso estudo mostra uma correlação positiva entre o capital humano e a satisfação com a vida e que, não obstante haver diferenças entre a percepção da satisfação por nível de capital humano, os portugueses, na sua generalidade, revelam-se satisfeitos com a sua vida. Esta postura leva-nos a inferir que a percepção da satisfação não se prende diretamente com o bem-estar económico, pois, se assim fosse, com a crise instalada, os portugueses estariam bem mais descontentes com a vida, o que corrobora que o conceito de satisfação é um fenómeno complexo, que não depende, como refere Sen (2002) somente das condições materiais, mas de resultados sociais como o reconhecimento, a afirmação pessoal ou o ter satisfeito as necessidades fundamentais, indicadores que serviram, aliás, à criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas.

Posto isto, a partir das teorias da crescente autonomização da sociedade e da ascensão dos valores pós-materialistas - que, se por um lado, acentuam os valores da autorrealização e independência, por outro, priorizam a determinação e a liberdade -, corrobora-se a hipótese avançada neste estudo de que o capital humano não só estimula uma sociedade mais criativa e inovadora, conceitos-chave que movem a sociedade do conhecimento, como é promotor de um desenvolvimento humano e social que se manifesta na construção de uma sociedade mais igual e de maior bem-estar.

## CONCLUSÃO

Há evidência empírica que mostra que o capital humano é essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, uma vez que ele estimula uma cultura de constante aprendizagem, vontade de inovar, de encontrar novas soluções para problemas velhos e novos, e esta determinação é apoiada em conhecimentos de alto valor que favorece culturas mais empreendedoras e criativas.

Porém, se os conhecimentos são fundamentais para desenvolvimento de uma comunidade, não é seguramente menos importante a preocupação pelo outro e pelos seus direitos fundamentais. Também aqui, o capital humano manifesta-se como um bom garante de civilidade.

Finalmente, os indivíduos com maiores níveis educativos, provenientes de contextos familiares mais favorecidos, com profissões mais diferenciadas, vencimentos mais elevados, ou seja, com mais capital humano, são os que se encontram mais satisfeitos com a vida. De outra forma, poder-se-á dizer que as variáveis que integram o capital humano influenciam determinantemente o desenvolvimento pessoal e social e, em última análise, maximiza o bem-estar social.

## BIBLIOGRAFIA

- Alegre, J.; Lapiedra, R. & Chiva, R. (2006), "A measurement scale for product innovation performance", *European Journal of Innovation Management*, 9, 4, 333-346.
- Alencar, E. M. (2005), "Criatividade e sua importância na educação do superdotado", *Sobredotação*, 6, 27-40.
- Barro, R. (1991), "Economic growth in a cross-section of countries", *The Quarterly Journal of Economics*, 106, 2, 407-443.
- Becker, G. (1962), "Investment in human capital: a theoretical analysis", *Journal of Political Economy*, 70, 9-44.
- Bendix, R. (1996), *Nation-building and citizenship: studies of our changing social order*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Benhabib, J. & Spiegel, M. (1994), "The role of human capital in economic development: evidence from aggregate cross-country data", *Journal of Monetary Economics*, 34, 143-173.
- Bontis, N.; Dragonetti, N.; Jacobsen, K. & Roos, G. (1999), "The knowledge toolbox: a review of the tools available to measure and manage intangibles resources", *European Management Journal*, 17, 4, 391-402.
- Costa, P. (2003), *As atividades culturais e a Competitividade Territorial: O caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Universidade Técnica de Lisboa, Dissertação de doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Lisboa, ISEG/UTL, Setembro de 2002.
- Díaz, D.; Rodríguez-Carvajal, R.; Blanco, A.; Moreno-Jimenez, B.; Gallardo, I.; Valle, C. & Van Dierendonck, D. (2006), "Adaptación española de las escalas de bienestar psicológico de Ryff", *Psicothema*, 18, 3, 572-577.
- Easterlin, R. A. & Onnicha S. (2009), "Happiness and Growth: Does the Cross Section Predict Time Trends? Evidence from Developing Countries", in *International Differences in Wellbeing*, (eds.) Diener, Ed.; Helliwell, J. & Kahneman, D., Princeton, Princeton University Press.
- Easterlin, R. A. (1995), "Will Raising the Incomes of All Increase the Happiness of All?", *Journal of Economic Behaviour and Organization*, 27, 1, 35-48.
- Elias, N. (1972), "The Effects of Human Asset Statements on the Investment Decisions: an Experiment", *Empirical Research in Accounting, Selected Studies*, 215-233.
- Ester, P.; Halman, L.; De Moor, R (1994), *The Individualizing Society: Value Change in Europe and North America*, Tilburg, Tilburg University Press.
- Florida, R. (2002), *The rise of the creative class*, Nova Iorque, Basic Books.
- França, L. (coord.) (1993), "Ética y Sentido da Vida", in França, L. (coord.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Fraser, St. (1964), *Jullien's Plan for Comparative Education 1816-1817*, Teachers College, Columbia, Bureau of Publications.
- Freire, A. (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.
- Giddens, A. (2002), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Halman, L. (2003), "Capital Social na Europa Contemporânea", in Vala, J.; Cabral, M. V.; Ramos, A. *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa, Atitudes Sociais dos Portugueses 5*, Lisboa, ICS.
- Hamermesh, D. & Rees, A. (1993), *The Economics of Work and Pay*, 5th Edition, New York: HarperCollins College Publishers.
- Hansson, B. (1997), "Personnel investments and Abnormal Return: Knowledgebase Firms and Human Resource Accounting", *Journal of Human Resource Costing and Accounting*, 2, 2, 9-29.
- Inglehart, R. (1977), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Stylus among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1997), *Modernization and Postmodernization*, Princeton, N. J., Princeton University.
- Kaloyiannaki, P. (2002), *Comparative education: a French approach*, Athens, Atrapos.
- Landry, C. (2000), *The Creative City. A Toolkit for urban innovators*, Londres, Comedia.

- Lepak, D. & Snell, S. (2002), "Examining the human resource architecture: the relationships among human capital, employment, and human resource configurations", *Journal of Management*, 28, 4, 517-543.
- Lucas, R. (1988), "On the mechanics of economic development", *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42.
- Nelson, R. & Phelps, E. (1966), "Investment in humans, technological diffusion and economic growth", *The American Economic Review*, 56, 2, 69-75.
- Nunes, A.; Mata, E. & Valério, N. (1989), "Portuguese economic growth 1833-1985", *The Journal of European Economic History*, 18, 2, 291-330.
- Pereira, C.; Camino, L. & Costa, J. (2005), "Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores", in *Psicologia: Reflexão e Crítico*, 18, 1, 16-25.
- Rifkin, J. (2000), *The Age of Access*, New York, Penguin Putnam.
- Rokeach, M. (1973), *The Nature of Human Values*, Nueva York, The Free Press.
- Romer, P. (1986), "Increasing returns and long-run growth", *Journal of Political Economy*, 94, 5, 1002-1037.
- Romer, P. (1990), "Endogenous technological change", *Journal of Political Economy*, 98, 5, S71-S101.
- Ryff, C. & Keyes, C. (1995), "The structure of psychological well-being revisited", *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 719-727.
- Schawn, E. (1976), "The effects of human resource accounting data on financial decisions: an empirical test", *Accounting, Organizations and Society*, 1, 2-3, 219-237.
- Schleicher, A. (Dir.) (2011), *Skills and Human Capital Summit, Getting Europe Back to Work, How Skills and Human Capital can accelerate Growth and Innovation*.
- Schultz, T. (1961), "Investment in human capital", *The American Economic Review*, 51, 1, 1-17.
- Schultz, T. (1993), "The economic importance of human capital in modernization", *Education Economics*, 1, 1, 13-19.
- Schwarz, N. & Stone, A. *et al.* (2004), "Toward national well being accounts", *American Economic Review*, 94, 429-434.
- Scott, A. J. (2000), *The Cultural Economy of Cities*, Londres, Sage.
- Sen, A. (2002), *Desarrollo y Libertad*, Bogotá, Planeta.
- Teece, D.; Pisano, G. & Shuen, A. (1997), "Dynamic capabilities and strategic management", *Strategic Management Journal*, 18, 7, 509-533.
- Teixeira, A. (1996), *Capacidade de Inovação e Capital Humano. Contributos para o estudo do crescimento económico português, 1960-1991*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- UNESCO (1999), *Declaração de Santo Domingo: a ciência para o século XXI*, Conferência Mundial sobre Ciências, Santo Domingo, UNESCO.
- UNESCO (2011), *Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos*.
- Vala, J. & Viegas, J. M. (1990), "Padrões de valores sócio-políticos em meio urbano", in *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século - Actas do 1º Congresso Português de Sociologia*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos, 679-692.
- Vala, J. (1993), "Valores sócio-políticos", in França, L. (coord.), *Portugal, Valores Europeus, Identidade Cultural*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Valério, N. (1993), "Algumas questões sobre o crescimento económico português nos séculos XIX e XX", *Revista Estudos de Economia*, 13, 4, 411-427.

## SS13 - EDUCATION, LABOUR MARKET AND REGIONAL DEVELOPMENT

**Coordinator:** João Carlos Cerejeira

### [1020] MERCADO DE TRABALHO, DESEMPREGO E SELETIVIDADE: CENÁRIOS RECENTES NA GRANDE SÃO PAULO\*

**MARKET WORK, UNEMPLOYMENT AND SELECTIVITY: RECENT SCENARIOS IN SÃO PAULO METROPOLITAN**

***Luís Abel da Silva Filho<sup>1,2</sup>, Silvana Nunes de Queiroz<sup>1,3</sup>, Maria do Livramento Miranda Clementino<sup>2</sup> and Maria Alice Pestana de Aguiar Remy<sup>3</sup>***

<sup>1</sup>Universidade Regional do Cariri – URCA – Ceará, Brasil ([abeleconomia@hotmail.com](mailto:abeleconomia@hotmail.com), [silvanaqueirozce@yahoo.com.br](mailto:silvanaqueirozce@yahoo.com.br));  
<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Rio Grande do Norte, Brasil ([clement@ufrnet.br](mailto:clement@ufrnet.br)); <sup>3</sup>Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Brasil ([mariaalice.pestana@hotmail.com](mailto:mariaalice.pestana@hotmail.com))

**RESUMO:**

\* Trabalho apresentado no XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 20 a 24 de novembro de 2012